



CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO
BACHARELADO EM DIREITO

FRANCISCO FELIPE HENRIQUE DA SILVA

**ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: PROUNI E
FIES**

ICÓ-CE
2023

FRANCISCO FELIPE HENRIQUE DA SILVA

**ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: PROUNI E
FIES**

Artigo submetido à disciplina de TCC II ao curso do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Profa. Me Antônia Gabrielly Araújo dos Santos

FRANCISCO FELIPE HENRIQUE DA SILVA

**ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: PROUNI E
FIES**

Artigo submetido à disciplina de TCC II ao curso do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Me. Antônia Gabrielly Araújo dos Santos
Centro Universitário Vale do Salgado
Orientadora

Profa. Esp. Viviane Correia do Prado
Centro Universitário Vale do Salgado
Examinadora

Prof. Me. Ricelho Fernandes de Andrade
Centro Universitário Vale do Salgado
Examinador

ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: PROUNI E FIES

Francisco Felipe Henrique da Silva 1

Antônia Gabrielly Araújo dos Santos 2

SILVA, Francisco Felipe Henrique da. **Análise dos programas de acesso ao Ensino Superior: Prouni e Fies.** 2023. Artigo (Graduação em Direito) – Centro Universitário Vale do Salgado, Icó, 2023.

RESUMO

Esse trabalho foi desenvolvido para que se possa estudar a história da educação superior no Brasil dentro do ProUni e do Fies. O foco principal da pesquisa foi realizar uma investigação bibliográfica para saber se há algum indício de sucateamento da educação pública por intermédio de algum favorecimento às instituições privadas de ensino superior. Nessa pesquisa há o desenvolvimento metodológico embasado na corrente de pensamento marxista, usufruindo-se da dialética histórica, bem como do posicionamento de Gramsci. Foram analisados como a educação superior vem se desenvolvendo do Governo de Fernando Henrique Cardoso ao Governo de Jair Messias Bolsonaro. Essa pesquisa teve como objetivo geral compreender as concepções históricas, políticas, econômicas e sociais da democratização do ensino superior implementadas pelas políticas públicas educacionais; e como objetivos específicos observar a gênese dos programas (ProUni e Fies) vinculados as instituições privadas, investigar como a implementação do Prouni e Fies favorecem as Instituições Privadas e promovem o sucateamento do Ensino Público Superior, e, por fim analisar como o processo de democratização do Ensino Superior ocorreu a partir desses programas (ProUni e Fies) e se efetivaram os Direitos Sociais.

Palavras-chaves: Dialética; Direitos; Ensino; Fies; Sucateamento; Prouni.

ANALYSIS OF HIGHER EDUCATION ACCESS PROGRAMS: PROUNI AND FIES

SILVA, Francisco Felipe Henrique da. **Analysis of higher education access programs: Prouni and Fies.** 2023. Article (Graduation in Law) – Centro Universitário Vale do Salgado, Icó, 2023.

ABSTRACT

This work was developed so that the history of higher education in Brazil can be studied within ProUni and Fies. The main focus of the research was to carry out a bibliographical investigation to find out if there is any evidence of scrapping public education through some favoring of private institutions of higher education. In this research there is a methodological development based on the Marxist current of thought, taking advantage of the historical dialectic, as well as Gramsci's position. We analyzed how higher education has been developing from the Government of Fernando Henrique Cardoso to the Government of Jair Messias Bolsonaro. The general objective of this research was to understand the historical, political, economic and social conceptions of the democratization of higher education implemented by public educational policies; and as specific objectives to observe the genesis of the programs (ProUni and Fies) linked to private institutions, to investigate how the implementation of Prouni and Fies favor Private Institutions and promote the scrapping of Public Higher Education, and, finally, to analyze how the process of democratization of Higher Education occurred from these programs (ProUni and Fies) and the Social Rights became effective.

Keywords: Dialectics; Rights; Teaching; Faith; Scrapping; Prouni.

1 INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil demarca uma relação de conhecimento de base, na qual apenas famílias com poderes aquisitivos podiam manter o conhecimento, e, conseqüentemente, repassá-lo, na medida do possível, de maneira hierárquica. O legado dessa educação é caracterizado pela desigualdade no acesso ao ensino superior, que começou a ser expandido, nesses últimos anos, para de melhor maneira agregar não apenas uma pequena parcela da sociedade, mas também um número com maior representatividade de classes, no entanto analisa-se que essa gigantesca abertura de vagas no ensino não trouxeram os meios de permanência, ou seja, não acompanharam na mesma proporção dessa abrangência educacional (SANTOS; CERQUEIRA, 2009).

Essa expansão na educação superior parte de um pressuposto de desenvolvimento nacional, que tem como foco mais cursos superiores e mais estudantes ocupando espaços universitários. É por intermédio desse contexto que surgem as políticas públicas de fomento a educação, que, basicamente, na sociedade contemporânea, tem a função de promover a igualdade, ou pelo menos tentar, sendo essas políticas de caráter redistributivo. É nesse momento que se analisa o ProUni e o Fies como forma de não democratização da educação – e aqui nesse ponto refere-se a política pública de eficácia, pois não se pode falar em democracia quando não se há meios suficientes para se manter no ensino superior – mas sim como meio de capitalização, seja direta ou indiretamente, por parte de empresas embasadas no modelo neoliberal da educação (PERREIRA; SILVA, 2010).

Ocorre que a abrangência do ensino superior foi, e continua sendo, um meio pelo qual o setor público mantém parcerias com setores privados. Essa ligação, segundo Miranda e Azevedo (2020), basicamente funciona com a utilização de recursos públicos, bem como com a renúncia fiscal, gerando o que se denomina de formas de financiamento e programas estudantis, processo a qual a classe média/baixa se subordina aos meios privados por falta de investimento do setor público.

A educação superior tem sido alvo de mercantilização por parte do próprio Estado, ao passo dos baixos investimentos em instituições públicas e aos crescentes investimentos ao setor privado, cujo parceria está estritamente ligada ao modelo de educação já citado anteriormente, que é o neoliberal. Estando o ProUni e Fies atrelados a esse histórico de defasagem com o processo democrático da educação no Brasil, é perceptível que tais políticas de inclusão afirmativa se encontram ora pelo interesse de grandes empresas da educação ora pela necessidade urgente de aumentar o índice educacional, mesmo que esse não tenha um

planejamento devidamente estruturado e que não vise a democracia para aqueles provenientes de classes sociais menos favorecidas (SANTOS; SOUZA; CARNEIRO, 2018).

Existe uma disputa de interesses que variam do setor privado e público, aquele por apresentar a educação como uma questão econômica, e sempre desenvolvida sob a hegemonia da classe dominante, segundo o conceito de hegemonia cultural de Gramsci, e esse (o setor público) que deveria ver a educação como um bem público capaz de modificar toda a estrutura social. A questão presente nessa temática é o setor privado despolitizar a democratização à educação, haja vista que para tal setor o ensino não passa de um aprendizado técnico-administrativo, cabendo, portanto, contra-argumentar a partir da (re) politização da educação por meio da democratização (CÁSSIO, 2019).

Compreender a educação como um ato democrático é ressaltar ainda mais que seu papel é responsável pela boa vivência social, política e ética; e nesses moldes, apenas com uma educação firme torna-se possível revitalizar uma conjuntura de desinformação. São nas democracias que se tem a educação como um sustentáculo do Estado, o porquê disso é a educação pública fortalecer o povo perante o próprio Estado, e não o inverso – que ocorre quando não se educa uma população (BENEVIDES, 2010).

Esse processo de mercantilização da educação, de forma geral, teve início a partir de 1964, com a ditadura militar, momento em que empresas privadas viram a educação como uma forma de produção de capital, no entanto, foi no ano de 1990 que as influências, marcadamente, neoliberais impulsionaram a capitalização da educação. Ademais, esse espelho educacional retira a figura do Estado como garantidor de necessidades básicas, como a educação em geral, incluindo a superior, e coloca como foco o ensino “terceirizado”, no qual o próprio Estado repassa as responsabilidades de ensino para instituições privadas. Essa troca isenta tanto o poder estatal de cumprir suas obrigações, quanto as empresas do ensino com as isenções fiscais (ALEXANDRE; MACÁRIO, 2018).

Do ponto de vista constitucional, consoante a Moura (2014), dentre as garantias é necessário considerar todos os níveis de educação como um direito fundamental social, devendo, portanto, o Estado garantir o acesso à educação superior de maneira igualitária, corroborando para a concretização dos direitos humanos, em especial os sociais, por meio do planejamento, racionalização e participação social, almejando a aplicação de políticas públicas, nesse caso, voltadas a educação.

Considerando o cenário do sistema da educação superior privada, e sua correlação com o ensino público, suscita-se a seguinte questão norteadora para esse trabalho: Como a implementação das Políticas Públicas Educacionais favorecem a financeirização da Educação

Superior e promo vem o sucateamento das Instituições Públicas?

Nesse contexto, o desenvolvimento desta pesquisa justifica-se pela necessidade de conhecer/apresentar quais aspectos direcionam o ProUni e Fies como forma de não democratização da educação, ou até favorecimento ao ensino superior privado. Para além disso, faz-se importante saber como esses programas vêm funcionando desde suas criações (e versões) até a atualidade e, em momento oportuno, compará-lo com um futuro não tão distante.

O presente trabalho de conclusão de curso, a ser observado a partir dos estudos bibliográficos realizados, poderá contribuir, de certa forma, cientificamente, no âmbito acadêmico, social e informacional, ao passo da propagação de mais conhecimentos e aprofundamentos sobre a temática, possibilitando que sejam realizadas discussões sobre a importância de democratização do ensino superior público, compreendendo que uma vez havendo o favorecimento da educação privada, aquele se submete a um sucateamento objetivado por aqueles que defendem a educação como forma de capitalização.

Essa pesquisa teve como objetivo geral compreender as concepções históricas, políticas, econômicas e sociais da democratização do ensino superior implementadas pelas políticas públicas educacionais; e como objetivos específicos observar a gênese dos programas (ProUni e Fies) vinculados as instituições privadas, investigar como a implementação do ProUni e Fies favorecem as Instituições Privadas e promovem o sucateamento do Ensino Público Superior, e, por fim analisar como o processo de democratização do Ensino Superior ocorreu a partir desses programas (ProUni e Fies) e se efetivaram os Direitos Sociais.

A pesquisa realizada possui como metodologia a revisão integrativa de obras que se revelem necessárias para a melhoria da compreensão sobre determinado assunto. Esse tipo de pesquisa bibliográfica possibilita uma análise de múltiplos artigos que façam referência a tal temática (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Desenvolvida e estudada a partir da abordagem metodológica de Karl Marx, conhecida como materialismo histórico-dialético, buscou-se compreender os fenômenos sociais, culturais, econômicos, históricos e políticos que modificam a estrutura de educação no Brasil dentro do sistema capitalista. Segundo Franco, Carmo e Medeiros (2013), esse método possibilita a realização de uma crítica social diante do material bibliográfico selecionado para o estudo. O critério de inclusão dos artigos foi realizado por aqueles que discorriam sobre a temática, e o de exclusão, por aqueles que, embora tratassem da discussão, não eram tão recentes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Mercantilização, terceirização e financeirização: a base dos programas de acesso a instituições de ensino superior

O engendramento da política de expansão da educação superior no Brasil remonta, com mais notoriedade, o período da Ditadura Militar, mais precisamente entre 1965 a 1980, isso porque o território nacional buscava “desenvolver” o país no mesmo modelo de educação de países tidos como grandes potências. Durante esse período a realidade da educação era voltada pela materialização de investimentos internacionais, e isso se deu por intermédio de reformas educativas com o objetivo de mercantilizar a educação, estando o ensino superior contido nessas reformas. Ocorre que, não foi por um acaso a educação se tornar alvo da mercantilização, a isso pode-se evidenciar o grande fluxo de investimentos internacionais em todos os setores, seja saúde, lazer ou até a educação. Assim, ao analisar o contexto de fragilidade econômica vivenciada pelo Brasil, o país realizou acordos baseados no capital externo. O sistema, basicamente, instalou-se na privatização desses setores, e no que diz respeito a educação, ela passou a ser vista como um fator de lucro, um processo conhecido como financeirização neoliberal (CHAVES; AMARAL, 2016).

A partir dessas reformulações o cenário da educação no Brasil passou a ter dois parâmetros, quais sejam: os investimentos em instituições públicas, e os investimentos em setores privados. Com essa nova forma de compreender a educação superior, ora público ora privado, surgem as novas demandas do ensino, isso porque o foco do Estado deixa de planejar uma educação simplesmente acessível e passa a praticar uma duplicidade quando desenvolve uma educação “terceirizada”. Programas de ampliações ao ensino privado começaram a surgir sob a argumentação de expansão, e a esses programas dois são de suma importância para analisar a rede mercadológica do conhecimento. O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), criado em 1999, antigo Programa de Crédito Educativo (Ceduc) (PAULA; LIMA, 2015).

O modelo que mercantiliza a educação perpassa o papel do Estado em fornecer educação superior pública para todos que desejam acessar a universidade, para além disso esse sistema possui uma lógica de produtividade e rentabilidade para o mundo industrial, o que, conseqüentemente, liga-se a uma formação mercantilista. Isso significa dizer que o saber passa a ser tão valioso que o próprio Estado, sustentado pelos interesses de grandes empresas, observam nele um alto potencial lucrativo. O ProUni e o Fies são os principais exemplos

dessa financeirização, ou porque são programas em que o próprio Estado sustenta, ou porque as empresas visam esses programas buscando incentivos, seja ele fiscal ou não (LAVAL, 2004).

Assim, para que se possa analisar como a educação vem se modificando ao longo dos anos, principalmente no que se refere aos aspectos políticos de cada período, é de suma importância vislumbrar como os governos, a partir de Fernando Henrique Cardoso até o atual, Presidente Jair Messias Bolsonaro, compreende esse modelo de educação superior, bem como quais são os posicionamentos filosóficos e sociais acerca da permanência desses programas.

Destarte, é preciso subdividir esses programas para melhor situação histórica e análise. Em primeiro momento é importante destacar que o Fies decorre de um antigo programa que existia, o Creduc, sendo esse proposto com o mesmo objetivo de inserir nas universidades particulares pessoas que não conseguiram acessar universidades públicas por falta de investimento Estatal (por fatores determinados como número de vaga, curso ofertado, entre outros). No entanto, com o crescente número de inadimplência por parte dos que usufruíram desse programa, ele tornou-se insustentável, isso porque o próprio período em que vigorava estava sofrendo duras instabilidades econômicas, tanto nacionais, quanto internacionais. Com uma nova reformulação surge, em 1999, o Fies no Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Ademais, o programa que até então servia como uma forma de financiamento (para não dizer dívida), em 2004, ganhou um outro aliado, o ProUni, esse adotado no Governo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O programa, em suma, possibilitaria que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ocupassem espaços privados para cursarem o nível superior na modalidade de bolsistas (integrais ou parciais). A educação, de fato, teve seus índices elevados, com mais inserção de jovens e adultos na academia, no entanto com a implementação desses programas e com os números de formandos e profissionais aumentando, surge um problema estrutural: a crise no mercado de trabalho para os novos profissionais, pois não houve um programa de geração de emprego para abarcar esse público.

Durante o período compreendido entre os anos de 2004 a 2010 o governo Lula, embora tenha aumentado o número de universitários, não preparou com a mesma satisfação o mercado de trabalho, originando uma série de pessoas endividadas e sem empregos (ROCHA, 2009).

A educação superior continuou o mesmo caminho durante o Governo da ex-Presidenta Dilma Rousseff, todavia os programas passaram por reformulações mais severas após o golpe jurídico da então Presidenta, momento em que se acentuou a política neoliberal,

isso se deve ao fato de o golpe ter sido fomentado por instituições privadas que conseguiram durante o Governo Temer uma maior abertura para efetivar seus interesses nas Instituições de Ensino Superior (IES) (COSTA, 2021).

2.2 Pós-golpe e ampliação do projeto neoliberal: a contrarreforma do estado e os novos rumos dos programas de acesso à universidade

Anterior ao golpe jurídico, datado em 31 de agosto de 2016, e mesmo com todas as dificuldades de planejamento para o universo do trabalho posterior a graduação, o cenário nacional no que diz respeito ao acesso à universidade teve um crescimento muito mais que significativo que nos anos anteriores. Com o acesso de povos indígenas, pobres, negros e estudantes de escola pública nas universidades essas deixaram de ser um campo puramente elitista, passando a ser um local de inclusão. Porém, após o golpe parlamentar- judicial- mediático, o então Presidente da República, Michel Temer, começou a criticar radicalmente o sistema de inserção às universidades. Essas críticas, corroboradas por posicionamentos meramente políticos, abriram espaços para grandes empresários que visavam o lucro no ensino superior. Seu modelo de dirigir a educação nacional seguiu as diretrizes da reforma empresarial, na qual almejava diminuir a operacionalidade do Estado nas IES (FONSECA, 2018).

O posicionamento de reestruturação da educação superior era embasado nas reformas neoliberais. Essas reformas estavam para além do fator educacional, estando ligados, diretamente, a interesses do Estado e de grandes empresas, a mérito de exemplo a terceirização da educação, que funciona como uma espécie de ensino superior integralmente remoto, desqualificando a importância do ensino primário. É sabido que a trajetória da educação no Brasil enfrenta longas instabilidades desde 1980, muitas dessas fragilidades são oriundas de ideologias políticas que versavam sobre a não exclusividade de o Estado ofertar educação superior. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado causou duras mudanças às IES, sendo uma das principais a possibilidade de parcerias público-privadas, iniciando a partir de então o plano de privatização da educação (MANCIBO, 2017).

A contrarreforma do Estado é, direta ou indiretamente, a constituição de sucateamento de serviços públicos, isso vai da reforma trabalhista até a deterioração da educação nacional. Se a reforma visa que o Estado supra as necessidades daqueles que foram esquecidos durante todo o processo histórico nacional; a contrarreforma, por outro lado, deseja retirar essa responsabilidade e repassar para grandes empresários. Hoje a educação nacional é

compreendida muito mais como um saber bancário do que formador de indivíduos autônomos e conscientes. Fala-se assim, pois os grandes interesses sob a educação não vêm do Estado, mas sim de bancos que ganham diretamente com o modelo privado de ensino (FERREIRA, 2017).

Atualmente, o Governo do Presidente Jair Bolsonaro não mede esforços em acentuar que o Estado não deve ser o único a ofertar o ensino superior, apontando o neoliberalismo abertamente, e sendo, entre os outros presidentes já mencionados, o que mais realizou cortes na educação do Brasil. Marcado por um número de ações contraditórias, o governo efetivou sua repulsa ao ensino superior quando o Ministro da Educação, Abraham Weintraub, definiu as instituições públicas de ensino como um local de balbúrdia. Pois bem, esse pensamento de minimizar a importância da educação pública é fruto de um modelo elitista, em que, por muitos anos o setor público foi visto como desorganizado e ineficiente. Essa estigmatização dos espaços públicos decorre da época em que a elite começa a perder espaço nas universidades para os povos marginalizados historicamente (CISLAGHI et al., 2019).

O Projeto de Lei intitulado como “Future-se” é um exemplo nítido de como a educação vem sendo alterada. Embora mascarado de inovador, tal projeto visa não mais que a privatização de instituições públicas, uma vez que, ele incentivaria as instituições a serem guiadas de forma independente e coligadas com grandes empreendedores da educação. Segundo Junior (2021), a educação atualmente está vivenciando mais um episódio da barbárie, não sendo, pois, responsabilidade apenas do Estado, mas também da elite brasileira que vê na educação um caminho lucrativo. Esses programas de inserção a universidade no setor privado estimulam o neoliberalismo e abrem mais espaços para um processo de privatização da educação, mesmo que não ocorra de forma imediata, assim sendo, o ProUni e o Fies até que sejam compreendidos como um meio de sustentação de instituições privadas passarão por inúmeras reformulações para que se atente aos interesses do capital.

2.3 O Estado e a garantia dos direitos sociais

Com a Constituição Federal de 1988 muitos dos nossos direitos foram respaldados e encontram-se expressamente previstos nessa constituição cidadã, nome designado justamente por atender aos interesses do povo, o qual tem o poder legítimo. A educação, não diferente de outras necessidades básicas, estando taxada no art. 6 da Carta Magna como sendo um direito social, sendo profícuo dirimir algumas considerações acerca do papel do Estado em consolidar a educação como um direito comum.

Quando em seu art. 205 diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” é de necessária explanação destacar que cabe ao Estado assegurar uma assistência educacional, assim sendo, a ele deve ser requerido que todos tenham o direito de estar, se assim desejarem, em universidades que deem a possibilidade de permanência, pois como é notório a educação ultrapassa o contexto de sala de aula, existindo fatores externos que dificultam a manutenção do estudante no ensino superior. Essa é uma das questões pertinentes acerca de como o ensino privado não consegue, de forma abrangente, atender essas necessidades.

Perpetuado por um processo histórico de favorecimento de um grupo social em detrimento de outro, a sociedade brasileira sustenta-se sob a negação de direitos básicos dos povos excluídos, como negros, indígenas e pobres. Essa situação começou a ser discutida no âmbito da educação abertamente a partir de 2004 com as propostas de inserção desses grupos vulneráveis em IES. Essa ocorrência criou um laço de confronto eterno entre a elite (que ocupava as vagas nas universidades) e os grupos marginalizados, haja vista que, foi nesse momento que se intensificou a proposta de ensino neoliberal, que acaba que por impossibilitar tais grupos a terem acesso a academia (SOBRINHO, 2010).

O ProUni e o Fies são modelos que surgiram diferente do que é repassado, para dificultar o acesso de povos à universidade. Mais precisamente o Fies com sua política de financiamento, que por falta de emprego posterior acaba que por causar uma outra seqüela ao Estado, o inadimplemento.

Utilizando-se de um pensamento marxista, estudado pela pessoa de Antonio Gramsci, a educação deveria ser vista de forma gratuita, laica e universal para que as classes sociais inferiorizadas consigam os instrumentos necessários para se modificar a sociedade. O pensamento de Gramsci decorre de uma série de análises que, embora não fosse do território nacional brasileiro, é aplicável atualmente por se tratar do mesmo sistema capitalista e que, por derivação, originou o neoliberalismo. Outrossim, o seu pensamento calcava outras bases de como se compreender a educação e a sociedade como um todo, sendo necessário evidenciar que é a partir da compreensão que ele tem do sistema capitalista que se compara como a educação vem sofrendo um desmonte para o setor “industrial”.

Gramsci compreendia que a formação da educação não deveria ocorrer de forma distinta a depender da classe social, para isso ele denominou que a educação, independente de qual nível seja, dar-se-ia pela Educação Unitária, que é basicamente uma educação livre do

fluxo financeiro, sem a presença de setores privados. Por essa mesma lógica a Constituição Federal de 1988 deve ser compreendida como uma fornecedora de serviços educacionais exclusivas, indo de frente com o sistema neoliberal. Dessa forma, o ProUni e Fies acabariam, no final, sendo analisados sob outra ótica, a da necessidade e de libertação, e não a da lucratividade (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto discute a política de expansão da educação superior no Brasil, especialmente durante o período da Ditadura Militar (1965-1980), que buscava desenvolver o país seguindo o modelo de educação de grandes potências. Durante esse período, houve investimentos internacionais na educação, e reformas foram implementadas com o objetivo de mercantilizar a educação, incluindo o ensino superior.

A educação passou a ser vista como um setor lucrativo, sendo privatizada e financiada por programas como o ProUni e o Fies. O ProUni, criado em 2004, permitia que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica acessassem instituições privadas como bolsistas. Já o Fies, criado em 1999, oferecia financiamento para estudantes que não conseguiram ingressar em universidades públicas.

No entanto, apesar do aumento no acesso à educação superior, houve problemas relacionados à falta de emprego para os novos profissionais formados, o que resultou em endividamento e desemprego. Essa falta de preparação do mercado de trabalho foi percebida durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Após o golpe parlamentar-judicial-midiático em 2016, o governo de Michel Temer começou a questionar o sistema de acesso à universidade, abrindo espaço para interesses empresariais no setor. As reformas neoliberais visavam diminuir a atuação do Estado nas instituições de ensino superior e abrir espaço para parcerias público-privadas, levando à privatização da educação.

O governo de Jair Bolsonaro intensificou essa agenda neoliberal, com cortes na educação e propostas como o projeto "Future-se", que busca a privatização das instituições públicas. A educação passou a ser vista como um negócio lucrativo, com interesses de bancos e grandes empresas, em vez de ser um direito social garantido pelo Estado.

No entanto, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito de todos e dever do Estado. O Estado tem a responsabilidade de garantir acesso à educação e

criar condições para a permanência dos estudantes no ensino superior, especialmente para grupos historicamente excluídos, como negros, indígenas e pobres.

O texto argumenta que os programas como o ProUni e o Fies podem dificultar o acesso à universidade e não abordam adequadamente as necessidades dos estudantes. Além disso, a privatização da educação e a falta de preparação do mercado de trabalho para os novos profissionais formados são problemas estruturais que precisam ser enfrentados.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Tainara; MACÁRIO, Epitácio. **A expansão da Educação Superior como mercadoria**. VI seminário CETROS, Fortaleza, agosto, 2018.

BENEVIDES, M. V. M. **Educação para a democracia**. SciELO, 2010.

CALDERÓN, A. I.; PEDRO, R. F.; VARGAS, M. C. **Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco**. Rev. Comunicação saúde educação. V. 15, nº39, 2011.

CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie**. 1ª ed. BOITEMPO, São Paulo, maio, 2019.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. **Política de expansão da educação superior no Brasil: o ProUni e o Fies como financiamento do setor privado**. Educação em revista, v. 32, nº 4, p. 49 – 72, Belo Horizonte, 2016.

COSTA, F. C. **Fies, ProUni e Proies (2003/2019): valorização do capital no ensino superior**. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2021.

FERREIRA, E. B. **A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso**. Rev. Educ. Soc. V. 38, nº 139, p. 293 – 308, Campinas, 2017.

FONSECA, R. M. **Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017)**. Rev. Educar em revista, v. 34, nº 71, p. 299 – 307, Curitiba, 2018.

FRANCO, K. J. S. M.; CARMO, A. C. F. B.; MEDEIROS, J. L. **Pesquisa qualitativa em Educação: breves considerações acerca da metodologia materialismo histórico e dialético**. Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais – UEG/UnU Iporá, v.2, n. 2, p.91-103, jul – dez, 2013.

MANCEBO, Deise. **Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior**. Rev. Educ. Soc. V. 38, nº141, p. 875 – 892, Campinas, 2017.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. **Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Florianópolis, out – dez, 2008.

MIRANDA, P. R.; AZEVEDO, M. L. N. **Fies e Prouni na expansão da educação superior brasileira: políticas de democratização do acesso e/ou de promoção do setor privado-mercantil?** Educação e Formação, Fortaleza, v. 5, n. 3, e1421, set. - dez. 2020.

MOURA, D. M. **Políticas Públicas Educacionais Prouni e Fies: democratização do acesso ao ensino superior**. EDUNISC, 2014.

PAULA, A. S. N.; LIMA, K. R. R. **A face mercadológica da educação superior no contexto do capitalismo dependente**. 2015. Acesso em <
<https://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/mercadologia-educacion.html>>.

PEREIRA, Thiago Ingrassia; SILVA, L. F. S. Corrêa. **As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: Expansão ou Democratização?** Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul.- dez. 2010.

ROCHA, A. R. M. **Programa Universidade para Todos: ProUni e a pseudo-democratização na contra-reforma da educação superior no Brasil.** Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, 2009.

SANTOS, Adilson Pereira; CERQUEIRA, E. Amazonas De. **Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes.** IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, Brasil, 2009.

SANTOS, N. L.; SOUZA, F. V. L.; CARNEIRO, B. L. **Educação Superior e Mercantilização: uma análise sobre as políticas afirmativas o ensino superior – Fies e Prouni.** 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018.

SOBRINHO, J. D. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão.** Rev. Educ. Soc. V. 31, nº 113, p. 1223 – 1245, Campinas, 2010.